

INTRODUÇÃO

O conceito de extensão universitária vem passando por diversos matizes, sendo possível identificar historicamente um conjunto de ressignificações⁽¹⁾, que expressam a correlação de forças na sociedade, em cada momento histórico.

A atividade extensionista iniciou-se na Inglaterra, na segunda metade do século XIX, com a realização de cursos de educação continuada destinada não só às camadas populares, mas à população adulta em geral. Anos depois, registram-se atividades de Extensão nas Universidades americanas, caracterizadas pela prestação de serviços na área rural e também na área urbana. As primeiras experiências de Extensão Universitária no Brasil trazem a influência dos dois modelos, que se encontram presentes até os dias atuais nas ações extensionistas das Universidades brasileiras, em maior ou menor grau⁽²⁾.

O primeiro registro legal da extensão universitária no Brasil ocorreu em 1931, por meio do Decreto Lei nº. 19.851, cujo propósito era o desenvolvimento social mediante a extensão do conhecimento gerado nas universidades à população que não frequentava o meio acadêmico. Os registros históricos mostram que esse objetivo não foi alcançado e até 1961 o isolamento entre a universidade e a população perpetuava-se. Em 1968 o governo brasileiro, visando entre outras coisas manter o movimento estudantil sob tutela, propôs o *Projeto Rondon*, com atividades assistenciais focalizadas, sem que nenhuma construção prévia fosse feita em conjunto com os grupos “visitados” e que, segundo analistas, apresentava limitações por referência ao processo ensino-aprendizagem devido à inconsistente participação da estrutura acadêmica e dos docentes⁽³⁾.

Na área da enfermagem, estudo desenvolvido junto a 14 Escolas de Graduação públicas e privadas⁽⁴⁾, revelou os avanços e as limitações dessas instituições de ensino frente à implementação das atividades de extensão e de forma particular explicitou a secundarização dessas atividades na escala de valores acadêmicos, quando comparadas ao ensino e à pesquisa.

Ao longo das últimas décadas a área da Enfermagem tem buscado divulgar, através das entidades de classe, interesses referentes à reformulação do ensino nos diferentes níveis de atuação profissional a fim de resgatar o compromisso social do enfermeiro. As contribuições desse movimento social resultaram na proposição de mudanças do currículo da graduação publicadas, salvo poucas alterações, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Enfermagem⁽⁵⁾.

De acordo com o perfil definido pelas DCN⁽⁵⁾ o enfermeiro deve obter por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, formação crítica e reflexiva, sustentada pelo senso de